

Permanência e transformação das formas urbanas

Para quem estuda ou intervém sobre a forma física das cidades, não será nova ou surpreendente a constatação de que essa mesma forma está em permanente mudança. Certos autores comparam mesmo a cidade a um organismo vivo. Aliás, a morfologia urbana, enquanto ciência da forma urbana, tem como antecedente disciplinar a ‘morfologia’ (termo criado por Johann Wolfgang von Goethe) enquanto abordagem sistemática de observação e classificação da forma dos seres vivos.

Os processos de mudança da forma física das cidades têm ritmos diferentes. Por um lado, algumas cidades transformam-se mais depressa do que outras. Por outro lado, a história urbana de qualquer cidade é marcada por períodos temporais em que a mudança é mais rápida e por outros em que a transformação ocorre de modo mais lento ou em que não há alterações significativas.

Menos consensual será a ideia de que há vantagens em refletir, previamente e de um modo sistemático, sobre como essa transformação deve ocorrer e em definir regras para controlar ou, pelo menos, influenciar essa mudança. O que se conserva e o que se transforma? Quais os critérios que determinam a preservação de uma área urbana, de uma rua, de um quarteirão ou de um edifício (singular ou comum)? Pode, numa determinada área urbana, o ‘novo’ ser conservado e, em simultâneo, o ‘antigo’ ser transformado? Cinco das sete ‘perspetivas’ incluídas neste número da ‘Revista de Morfologia Urbana’ fornecem um conjunto de elementos para uma melhor compreensão desta temática.

A definição de uma ou mais áreas como merecedoras de uma atenção especial ao nível da conservação da sua forma física é algo comum em muitas cidades. No entanto, o modo como essa área é definida, quais são as suas fronteiras e quais os elementos que se conservam, é algo que deverá merecer uma análise atenta. Um dos enfoques do texto de Eneida Mendonça incluído neste número (pp. 123-5) é a Lista de Património Mundial definido pela UNESCO (neste caso específico, a autora centra-se na recente classificação do Rio de Janeiro como Património Cultural da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural). Apesar de uma série de vantagens associadas a esta iniciativa da UNESCO criada nos anos 70 (a conservação de um conjunto de sítios com um valor patrimonial de referência, a generalização de uma atitude de

valorização do património e de participação ativa das populações na sua conservação, entre outros), a verdade é que mesmo neste caso importa questionar como se delimitam estas áreas. Numa análise da definição da área que suportou a classificação da UNESCO da cidade de São Petersburgo, na Rússia, Whitehand (2009) sublinha a frágil relação que existe entre a delimitação que foi proposta pelas autoridades locais, eventualmente com base em estudos inadequados, e uma delimitação sugerida por uma investigação morfológica detalhada que colocou em evidência um limite mais ‘óbvio’ – a cintura periférica intermédia da cidade que segue o limite da área construída em São Petersburgo no final da Primeira Guerra Mundial. Importa contudo sublinhar que este exemplo da fragilidade na delimitação concreta das áreas da UNESCO está em linha com o modo como estas áreas são normalmente definidas pelas autoridades locais quando o propósito é, não a candidatura a uma classificação UNESCO mas, a gestão urbanística corrente.

Refletir sobre uma ‘área de conservação’ implica também perceber aquilo que dentro dessa área deve ser preservado e aquilo que pode ser transformado. Ao visitar a ‘lei da persistência do plano’, de Lavedan, e o conceito de palimpsesto, de Giovannoni, Sandra Pinto (pp. 127-9) lembra-nos que, por um lado, há elementos da forma urbana que são mais importantes que outros e que têm uma maior perenidade no ‘plano’ da cidade, e que, por outro lado, em cada período temporal da história urbana de uma cidade, por baixo das formas urbanas visíveis é possível encontrar as diversas ‘cidades’ anteriores, sobrepostas umas nas outras em diferentes camadas (Giovannoni, 1931; Lavedan, 1926). De modo complementar, e numa crítica à abordagem *townscape* (Cullen, 1961) desenvolvida a partir do início dos anos 60 com uma forte predominância na Grã-Bretanha, Ivor Samuels (pp. 125-7) alerta-nos para a necessidade de irmos além daquilo que é visual e explorarmos aquilo que é estrutural (e por vezes ‘invisível’ como é o caso das parcelas urbanas). Marat-Mendes (2015) oferece-nos uma classificação de quatro tipos de transformação urbana correspondente a quatro tipos de resposta das formas urbanas que sofrem essa transformação: adaptabilidade, continuidade, flexibilidade e resiliência.

Sobre a possibilidade de conservação do novo

e de transformação do antigo, Mendonça (2015) refere um caso concreto de constatação de um certo interesse da população local em conservar um conjunto de edifícios novos, alertando sobre a necessidade de transformar uma série de edifícios antigos para viabilizar o uso. A este nível, o caso Brasileiro, e mais concretamente Brasília, é paradigmático. A classificação do Plano Piloto da capital Brasileira como Património Mundial introduz uma série de constrangimentos à transformação de um ambiente urbano criado há apenas meio século.

Por fim, as 'perspetivas' publicadas neste número sobre a temática da transformação permitem-nos ainda ter uma noção da importância de cada contexto específico: a rapidez do processo de transformação urbana de um país da América Latina que permite pouco tempo para a reflexão (Mendonça, 2015); um processo de transformação urbana mais lento, típico de uma capital Europeia, marcado pela disponibilidade de edificado para reabilitação (Eloy, 2015); e a discricionariedade do sistema de planeamento Inglês que conduz a uma certa desvalorização da regulação da transformação pelo plano urbanístico e das análises morfológicas que deveriam suportar a elaboração desse plano (Samuels, 2015).

Referências

Cullen, G. (1961) *Townscape* (Architectural Press, Londres).

Eloy, S. (2015) 'Estratégias para a renovação do edificado através das Gramáticas de Forma', *Revista de Morfologia Urbana* 3, 130-2.

Giovannoni, G. (1931) *Vecchie città ed edilizia nuova* (Unione Tipografico-Editrice Torinese, Turim).

Lavedan, P. (1926) *Introduction a une histoire de l'architecture urbaine (Definitions-Sources)* (Éditeur Henri Laurens, Paris).

Marat-Mendes, T. (2015) Adaptabilidade, continuidade, flexibilidade e resiliência. Algumas considerações sobre as propriedades das formas urbanas, *Revista de Morfologia Urbana* 3, 132-4.

Mendonça, E. (2015) 'Transformação e permanência de formas urbanas: uma contribuição metodológica', *Revista de Morfologia Urbana* 3, 123-5.

Pinto, S. M. G. (2015) 'Persistências, ruturas, dinâmicas: paradigmas dos estudos históricos de forma urbana', *Revista de Morfologia Urbana* 3, 127-9.

Samuels, I. (2015) 'Porque importa a morfologia urbana?', *Revista de Morfologia Urbana* 3, 125-7.

Whitehand, J. W. R. (2009) 'The structure of urban landscapes: strengthening research and practice', *Urban Morphology* 13, 5-27.

Vítor Oliveira

Urban Morphology

Foi publicado em Outubro o segundo número do volume 19 da revista *Urban Morphology* (http://www.urbanform.org/online_public/2015_2.shtml). Este número inclui cinco artigos.

No primeiro artigo, Stephan Marshall propõe um sistema para representar e analisar o plano de cidade (enquanto objeto geométrico) baseado no conceito de área estrutural.

Recorrendo à abordagem histórico-geográfica, Thomas Kolnberger explora a continuidade entre formas rurais e formas urbanas, com um enfoque particular nas parcelas. O caso de estudo de Phnom Penh, no Camboja, coloca em evidência a persistência de um conjunto de padrões de assentamentos rurais num contexto urbano específico.

Borja Ruiz-Apináñez, Eloy Solís e José Ureña analisam a presença efectiva da morfologia urbana em 33 escolas de arquitetura Espanolas. A análise revela que apesar desta área do conhecimento estar aparentemente presente num

conjunto de módulos de estudos urbanos, poucos são os que se dedicam a um estudo sistemático da forma urbana, o que se traduz num peso reduzido da morfologia urbana nos cursos de arquitetura. Este artigo, de algum modo, complementa o conjunto de 'perspetivas' publicadas no último número da Revista de Morfologia Urbana.

O texto *The study of urban form in Japan* integra-se num conjunto de artigos inaugurados em 1998 por Vilagrassa Ibarz. Shigeru Satoh, Kenjiro Matsuura e Satoshi Asano estruturaram a sua revisão sobre o estudo da forma urbana no Japão em cinco partes distintas, desde o estudo das tradicionais cidades muralhadas até à conceção de métodos de desenho e planeamento.

Numa reflexão sobre as origens da morfologia urbana, enquanto área de conhecimento, Peter Larkham analisa o papel do geógrafo Americano John Leighly e em particular do seu livro *The towns of Malardalen in Sweden*, publicado em 1928.